

## **Apaziguando Uma Cidade em Conflito: Uma Análise dos Enunciados do Blog Casos de Polícia no Twitter Durante a Invasão do Complexo do Alemão<sup>1</sup>**

Fabio Leon MOREIRA<sup>2</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

**Resumo:** Este trabalho pretende problematizar a centralidade do blog Casos de Polícia, do jornal Extra, posteriormente migrado para o Twitter, durante a invasão do Complexo do Alemão, em novembro de 2010. O estudo de caso se concentrará na enunciação de alguns *tweets* com as *hashtags* #everdade, resultado do serviço noticioso criado pela empresa jornalística nesta mídia social, com a finalidade de se verificar uma série de boatos que proliferam na cidade em um momento de grande irrupção social. Serão complexificados os caminhos escolhidos para a publicação desses enunciados e a construção simbólica que dela parece se constituir enquanto processo de apaziguamento. Cabe questionar sobre que tipo de ordenamento discursivo trata essas informações e relativizar até que ponto essa “verdade específica” legitima o trabalho das instituições de controle social do Estado.

**Palavras-chave:** Ciberjornalismo; mídias sociais; Twitter; verdade; favela

### **Introdução**

Em 2006, com a popularização das mídias sociais, surge no ciberespaço o seu mais extremo exemplar em termos de síntese enunciativa: o Twitter. Quatro anos depois, o agir comunicativo dessa plataforma ajuda a delinear um dos fatos mais marcantes desse instrumento de interação coletiva da pós-modernidade nos últimos dias de novembro de 2010. O fenômeno emerge graças à repercussão de um dos mais dramáticos procedimentos operacionais protagonizados pelas forças militares na democracia contemporânea brasileira: a invasão ao Complexo do Alemão.

O fato noticioso foi o resultado direto de uma tática arquitetada para estabelecer o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), programa iniciado em 2008 pela Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em que policiais militares atuavam em territórios antes dominados por facções criminosas por período indeterminado, com o objetivo de reprimir os grupos de traficantes ali instalados e promover uma tentativa de integração social entre a favela e seu entorno. Entretanto, a reação da criminalidade no Alemão não obedeceu aos trâmites pacíficos de outras operações e estabeleceu-se o confronto.

---

1

<sup>2</sup>Mestrando do programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFF) da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES. E-mail: fabio.socialrj@gmail.com

Considerando a possibilidade de uma derrota maciça em progresso pelas autoridades, retaliações de todo o tipo foram produzidas. Vieram a público uma série de demonstrações de força, especialmente ações de cerceamento de liberdade (fechamento de ruas, redes comerciais) e de degradação do patrimônio público (incêndios a ônibus, principalmente, e outras formas de vandalismo). Atos terroristas (instalação de hipotéticas bombas em locais de grande aglomeração de pessoas) também ultrapassaram as cercanias da especulação. Criou-se na sociedade um sentimento de expectativa que, como se não bastasse, originou uma produção de boatos sem precedentes, com denúncias de procedimentos violentos que poderiam ter ou não correlação com iniciativas do tráfico.

Diante desse cenário, o jornal Extra, pertencente às Organizações Globo, criou uma das iniciativas mais impactantes<sup>3</sup> no que se refere à gestão de informação em momentos de crise, tendo como fonte de propagação uma mídia social. A página do blog “Casos de Polícia”, vinculada ao site do jornal e migrada para o Twitter, passou a contar com uma equipe de trabalho especialmente designada para se montar uma sistematização de apurações que deveria fornecer à audiência as conclusões daquelas checagens que confirmavam ou desmentiam as notícias alarmantes que chegavam ao conhecimento dos repórteres. Com o uso das *hashtags* #everdade e #eboato, a página do Twitter tentava traduzir o rumo dos acontecimentos.

Através desse contexto, enxerga-se a possibilidade de discutir aspectos da comunicação em plataformas de redes sociais que dizem respeito aos modos através dos quais o jornalismo reelabora suas instâncias de controle e credibilidade diante de um suposto regime de imprevisibilidade dos fatos. Cujos resultados serão alicerçados mediante determinismos pragmáticos da enunciação jornalística, onde a eficácia de tal funcionamento se escora na compreensão de que a “verdade” daquelas informações verificadas pode ser elemento formador para uma compreensão de que o monitoramento midiático do caos constrói automaticamente mecanismos de confiabilidade sobre a desordem situacional.

---

<sup>3</sup> Compreenda-se como impactante, a grande quantidade de notícias, tanto as produzidas por todos os galhos ciber midiáticos das Organizações Globo (Globo.com., oglobo.com, G1., Extra.com, RJTV.com) assim como análises vindas de outros sites sobre jornalismo e/ou tecnologia como IDGNow e Imprensa.com. O Observatório da Imprensa, portal que mescla os elementos de um fórum de discussão com análises multidisciplinares acerca do jornalismo brasileiro, considerado uma referência em todas as problemáticas que envolvem a área há quase 20 anos, foi categórico ao decretar que o jornal Extra havia “ensinado” aos outros meios de comunicação como utilizar as mídias sociais em momentos de crise. Ver em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/extra-ensina-a-usar-redes-em-criises>

A partir dessas reflexões, pretende-se propor uma análise sobre como as notícias confirmadas dos *tweets* #everdade podem sugerir algumas “categorizações de apaziguamento”, remodelando os estatutos de prestação de serviço ou quaisquer outros agenciamentos numa cidade confrontada em suas regras de segurança. Em outras palavras, as verdades imputadas na mídia social, tendem a materializar outras atmosferas do sensível em que, talvez, não baste apenas diagnosticar as ações pontuais das autoridades na resolução local de pequenas ou grandes perturbações. Talvez urgente informar como as outras representações governamentais do Estado (que não as militarizadas) estão conscientes de que precisam se inserir nesse contexto de modo a empregar o restabelecimento da normalidade.

Aposta-se, com isso, nas implicações que surgem ao se reconhecer o protagonismo do Jornal Extra/Casos de Polícia no relato noticioso desse cenário. Pode-se trabalhar com a hipótese de que determinadas escolhas de publicização ajudaram a pavimentar impressões de que seria estratégico uma imposição de paz transmutada ideologicamente em um triunfalismo de instituições.

Assim, iremos propor dois exercícios de análise de discurso baseado em duas frentes. A primeira se consistirá na complexificação do enunciado de apresentação do serviço noticioso na home page do blog, problematizando os elementos discursivos dentro das propostas apresentadas. Num segundo movimento, iremos exemplificar com alguns *tweets* com a *hashtag* #everdade as categorizações de apaziguamento pretendidas para demonstração nesse trabalho. Elas serão configuradas nos seguintes itens: 1) Governo e 2) Polícia

Além disso, acredita-se que essa sistematização de apurações da “verdade” possibilita duas lógicas de argumentação: 1) a legitimação dos meios de comunicação de massa na promoção de estratégias de vigilância e visibilidade, cujas correntes teóricas que as analisam remetem a noção foucaultiana de disciplina e análise dos enunciados e da deleuziana de controle. 2) o estabelecimento de estatutos de confiabilidade e credibilidade do jornalismo (CRISTOFOLETTI & LAUX, 2008) atrelados a situações de crise, cujo pragmatismo enquanto ação jornalística especialmente em mídias sociais, atvaria na

audiência processos de subjetivação (DELEUZE & GUATTARI, 2011) acerca dessa discursividade de ordenamento.

### **Enunciados e seus conceitos**

Quer seja no relato de momentos de grande expectativa em função de algum desastre natural ou na contextualização de um elemento socialmente inusitado, historicamente os meios de comunicação de massa sempre se prontificaram a exercer o papel de um cartógrafo das situações que elaboravam um fato. Sob os auspícios do jornalismo tradicional, a narrativa empregada em textos e imagens conduzia o receptor a interpretações acerca de um determinado assunto, valendo-se do pressuposto de uma pretensa objetividade. Mesmo reconhecendo-se, entre seus profissionais, a árdua tarefa de tentar sintetizar, sem simplismos, todo um leque de fatores que corporificam a notícia e sem considerar as imperfeições que acompanham a arte de ousar domesticar o espaço e o tempo, fatiando-os a uma multiplicidade de compreensões de seus públicos.

Sobre essa posição desconfortável do jornalista, de pertencer a uma linha de frente geralmente tão incompreendida, onde precisa lidar com as grandes e pequenas esquizofrenias da matéria-prima do ofício, o acontecimento, escreve Marc Paillet (1974) já na introdução de sua pesquisa:

“A onda de acontecimentos é imensa e contínua. Diz respeito aos indivíduos e a grupos, aos átomos e às galáxias, aos fatos e às ideias, às frações de segundo e à eternidade. Refere-se a todos os níveis da realidade. Admite todas as abordagens e convoca todos os pontos de vista. Engloba todos os discursos. Acolhe, para acontecimento desse infinito, uma infinidade de conseqüências e repercussões. Não elimina uma conotação sequer, nem rejeita correspondências. Tece uma trama infinita, um continuum sem limite. Mais do que isso, não constitui dados definitivos. É uma emergência contínua sob todos os aspectos imagináveis”. (PAILLET, 1974).

O que dizer então quando uma sucessão de acontecimentos reflete uma iminente, porém relativa situação de periculosidade, cujas proporções e seus efeitos, em princípio, são difíceis de mensurar? Nesse caso, a informação pode funcionar como um eficiente

instrumento de avaliação de riscos, permitindo a elaboração de estratégias para a tomada de decisões.

No jornalismo, o que confere um círculo de observações e interpretações (e, portanto, as tais decisões a serem tomadas) sobre os acontecimentos publicizados são os enunciados. Deleuze e Guattari (2011) os classificam como unidades elementares da linguagem que poderiam “centralizar informações mediante atos de emitir, receber e transmitir palavras de ordem”. Mesmo que essa crítica não se refira exatamente a facções criminosas que se insurgem contra agentes militares do Estado, no intuito de se implantar táticas de “pacificação” em comunidades pobres, é interessante perceber que, ao reafirmar o poder nocivo dessas determinações discursivas, os autores tomem como exemplo justamente a polícia e o governo “cujos informes pouco se preocupam com a verossimilhança ou com a veracidade, mas que definem muito bem o que deve ser observado e guardado” (DELEUZE & GATTARI, 2011, p.14).

Até chegar ao status de produto a ser consumido pelo público leitor, os enunciados passam por toda uma sorte de elaborações e arranjos até atingir a sua determinação noticiosa. Sodré e Ferrari (1986) afirmam que enunciar seria mais do que uma competência ling stica, mas “a articula o de um discurso”. Avançando um pouco em suas anota es, o autor determina que o enunciado “exprime a manifesta o de fatos através de um discurso que se oculta como discurso: não se percebe que há alguém narrando; mais parece que os acontecimentos têm vida própria”.

Mesmo com a difícil tarefa em promover uma articula o que desmontasse o grande volume de falsas informa es   reboque,   justamente com o propósito de administrar a livre circula o desses “acontecimentos com vida própria” que o jornal Extra, através do blog Casos de Polícia, se apresenta como uma “institui o” de caráter gerencialista, pronta a lidar, no pouco tempo permitido, com a entropia de informa es apócrifas que, de minuto em minuto, vão se propagando pelo Twitter como resultante dos ataques da facão criminosa que comandava o Complexo do Alemão. A sua auto-proclama o enquanto detentora de um “monopólio de condu o da verdade” sobre os rumores   dessa forma apresentada na home page do blog:

“Em função dos boatos que acabam assustando a população, o Casos de Polícia passa a colocar em seus posts e no Twitter, as hashtags (marcas) #eboato e #everdade para confirmar ou negar informações que circulam sobre os ataques no Rio. Com isso, prestamos um serviço ao leitor, evitando o pânico<sup>4</sup>”.

Uma rápida análise estrutural sobre o sentido construído nessas afirmativas direciona discursivamente um pretense atestado de excelência sobre sua atribuição de informar. As duas orações se cercam e se estandardizam de um hipotético domínio certificador. O Casos de Policia parece querer assumir uma condição natural enquanto um “mural de avisos” da população, decretando-se como objeto referencial e circunstancial desse gerenciamento da incerteza e do indeterminado.

Mas até sobre o pretense equilíbrio desse gerenciamento pairam dúvidas. Se formos nos ater a uma comparação de dados coletados com a hashtag #everdade, em contraposição aos boatos checados, poderemos detectar algumas peculiaridades em relação ao tratamento dado a essa dicotomia boato/verdade que muito diz sobre como uma empresa jornalística se referencia enquanto arranjo que tenta prever tudo o que possa ser uma dissidência ao pensamento reinante.

De fato, dos 113 tweets de #eboato analisados, muitos precisaram ser checados com mais urgência, em função do alto teor alarmista que poderiam produzir em termos de expectativa. Advinham da probabilidade de tiroteios e/ou arrastões em *shopping centers* (Rio Sul, Nova América) ou em bairros (Taquara, Freguesia, Ilha do Governador), da implantação de bombas a serem detonadas em espaços públicos de grande circulação, como o vão central da Ponte Rio-Niterói, ou do fechamento de vias expressas por causa de incêndios criminosos de ônibus e carros de passeio. Um dos boatos mais assustadores relatava que alunos e professores estariam sendo mantidos como reféns por traficantes em uma escola pública da Vila Cruzeiro, no próprio Complexo do Alemão<sup>5</sup>.

Entretanto, não podemos dizer o mesmo sobre os enunciados que trataram de seu oposto. A novidade, agora, é que a precisão cirúrgica da verdade noticiável, em sua grande maioria,

---

<sup>4</sup> Disponível em: [www.extra.globo.com/casosdepolicia/everdade-ou-eboato-veja-que-fato-ou-nao-sobre-os-ataques-359594.html](http://www.extra.globo.com/casosdepolicia/everdade-ou-eboato-veja-que-fato-ou-nao-sobre-os-ataques-359594.html).

<sup>5</sup> Uma compilação temática com os “tweets” de #eboato da página do blog Casos de Policia no Twitter pode ser vista em: [www.twitter.com/search?q=%23eboato&src=hash](http://www.twitter.com/search?q=%23eboato&src=hash)

não se incide mais sobre a cidade e as zonas de tensão que modulam a sua totalidade. Ela está enraizada em um recorte concreto sobre um único território que está sendo controlado, se adequando aos parâmetros da legalidade, conhecendo as novas regras determinadas por instituições que balizam seus conceitos rígidos de justiça e normalidade e que, a partir desse momento, tornam-se forças que se anunciam e que vão propor um agenciamento<sup>6</sup>, uma reestruturação do jogo político.

Para tentar compor um esforço empírico de comprovação acerca dessa teoria, dividiu-se uma pequena quantidade de *tweets* disponibilizadas na amostragem abaixo<sup>7</sup>. Os enunciados com as *hashtags* #everdade foram dispostas em duas “categorias de apaziguamento” em função dos tipos de notícia que se tornaram mais evidentes em termos quantitativos. A saber:

#EVERDADE		
	<b>Governo</b>	<b>Polícia</b>
	Que o secretario de Segurança José Mariano Beltrame, reúne-se com o comandante da PM às 10h para traçar planos para o Alemão	Que Rodrigo Oliveira subchefe operacional da Policia Civil diz que FB, Pezão e Polegar estão acuados.
	Que o prefeito Eduardo Paes dá entrevista coletiva hoje às 10h sobre um plano de ação nos Complexos do Alemão e da Penha.	Que o chefe do tráfico do Complexo da Mangueirinha, Olho de Vidro, morreu ontem no Complexo do Alemão.
	Que a UPA do Alemão, que estaria fechada desde ontem, foi reaberta para o atendimento aos moradores.	Que foi encontrada uma área de lazer do tráfico na comunidade Nova Brasília.

<sup>6</sup> Conceito empregado por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs vol. 2* que se caracterizaria por uma “organização de poder que já funciona plenamente em uma economia. (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p.90)

<sup>7</sup> Embora seja notória a utilização de outras mídias na cobertura do blog Casos de Polícia na invasão do Complexo do Alemão, como o relato imagético via sistema de *live streaming* dos repórteres em campo, através do dispositivo *tweetcam*, bem como *links* que conectavam o público a blocos de notícia mais pormenorizados e, portanto, muito além dos 140 caracteres permitidos na mídia social, a grande maioria dos “tweets” foi publicizada na forma original, ou seja apenas com o seu hipertexto compactalizado. A título de esclarecimento, todos os “tweets” utilizados neste artigo foram reproduzidos integralmente como aparecem na mídia social. Ver em: [www.twitter.com/searchqs?=%23everdade&src=typd](http://www.twitter.com/searchqs?=%23everdade&src=typd) (acesso em 06/06/2014) às 13:29.

Que os primeiros blindados chegam ao Alemão	Que o espaço tinha piscina, churrasqueira e hidromassagem e o dono seria o traficante Girão
Coronel Lima Castro, relações públicas da PM afirma que prazo para os bandidos se entregarem é até meio dia.	Que o traficante Zeu, assassino de Tim Lopes, fez xixi nas calças ao ser preso.

Para tranquilizar a população, o Casos de Polícia emprega uma rotina, quase que a todo instante, de notificar que a convocação de instituições especializadas no desenvolvimento dessa (re)ação precisa transparecer que os avanços em suas táticas e planejamentos obedecem a uma incontestável autonomia. O terreno inimigo vai, paulatinamente, sendo dominado, pois é necessária uma resposta efetiva, com condições e proporções idênticas ou, quem sabe, mais enérgicas do que a atmosfera de perturbação criada pela criminalidade. A simples organização de forças detectáveis e reconhecidas pela audiência, fornece a impressão que o espaço público direciona-se ao restabelecimento de uma normalidade.

Em episódios dessa natureza, é muito conveniente a qualquer governo demonstrar que, após um momento de crise, o poder de sua representatividade está novamente à frente de qualquer teatro de operações que se constitua necessário. Um esclarecimento oficial, uma prestação de contas se faz necessária. Esse pensamento se encadeia, ainda que de forma periférica, com os postulados que solidificaram o que se compreende hoje por *accountability*. Termo oriundo da Administração Pública, é de difícil conceituação, pois pode englobar “desde o relacionamento de determinados órgãos (ou instituições) com sua clientela até a proposição de mecanismos de controle sobre a conduta burocrática destes mesmos órgãos”. Além disso, é imerso a várias classificações e escolas de pensamento, padecendo, inclusive, de uma “tradução adequada para o português”. Porém, em linhas gerais, ela poderia ser caracterizada como “uma resposta institucional a uma inquietação que se tornou pública”. (CAMPOS, 1990)

Entretanto, aparentemente nenhum órgão parece operacionalizar uma verticalização de informações ao blog. Entende-se, então, que para “evitar o pânico”, como descrito em sua página de apresentação enquanto serviço noticioso, o Casos de Polícia opta por colocar-se à disposição para se configurar como um porta-voz das agendas tanto da cúpula da Secretaria de Segurança como de quem chefia o Executivo estadual, municipal e demais órgãos

hierarquicamente subalternos. Se houve repasse de dados por parte das assessorias de imprensa para facilitar as confirmações de #everdade, isto ainda permanece no terreno das especulações. Porém não é uma possibilidade a ser descartada, já que importava às instituições permanecer publicamente visíveis e participarem deste cenário de restauração social.

Sobre os enunciados que tanto refletem a institucionalização enfática dos discursos em torno de um jornalismo que se pretende um agente legitimador e modelador de uma tipologia de espaço público, Correia (1998) salienta que o advento das tecnologias contemporâneas de comunicação proporcionou o que ele chama de falência das grandes narrativas, pois “todas as análises recentes refletem uma semelhança de alternativas, ou alternativas que possam ser mais visíveis dentro de uma formulação de espaço público”. O pesquisador português se pergunta até que ponto os agentes envolvidos pretendem desempenhar esse papel e se, com esse comportamento, já não estaria privilegiando novos horizontes de experiência “que precisariam ser referendados pela população na conjuntura de uma nova realidade de esfera pública em que há uma reconhecida escassez de diversidade”. (CORREIA, 1998, p. 11)

Essa pouca divergência sobre o status quo, que, ainda segundo Correia, está longe de ser saudável em função de sua superficialidade, se refletirá diretamente nas formas de se produzir informação. Ao exemplificar como essa circunstância se fortifica nos relatos jornalísticos de um crime, ele sugere a seguinte hipótese:

“Tais relatos são uma mensagem que pressupõe ou denota opções sociais, culturais, políticas e éticas. Tais mensagens são comunicadas, todos os dias, a uma audiência que lhes dedica cotidianamente um tempo representativo. Se for tido em conta que essas mensagens são sancionadas ao nível econômico da publicidade, teremos de admitir, também, que um vasto leque dessas mensagens e conseqüentes conotações mais do que induzem uma resposta dita racional por parte dos públicos. Suscitam meros consumos ao nível da audiência metamorfoseada na massa. Assim, eventualmente, do lado da produção jornalística serão preferidos valores de aceitabilidade fácil coincidentes com o gosto médio e a compreensão rápida em detrimento do raciocínio crítico(...)” (CORREIA, 1996, p. 13)

Essa aceitabilidade fácil é potencialmente perigosa quando nos cercamos do conteúdo sobre os tweets que elaboram as notícias do #everdade. Nos exemplos utilizados para compor o

item “Polícia”, dentro de um universo 231 *tweets* analisados, o que se observa é que as operações policiais que resultaram no cerco, prisão e até mesmo nas mortes de traficantes são completamente desprovidas de contextualizações enquanto prevalece o determinismo pragmático que, naqueles instantes, parece ser suficiente enquanto fonte de confirmação dos fatos, desconsiderando que possam ter sido empregados, por exemplo, métodos desnecessários de violência e/ou abuso de autoridade na conclusão dessas operações. Mas por que tal redução de complexidade seria tão funcional e amplamente aceita pela multidão que acompanhava essa mídia social? Para responder adequadamente a essa pergunta teríamos que abandonar momentaneamente a plataforma Twitter, enquanto manancial de discussão desse artigo, e nos concentrar na origem de todo o processo.

### **Enunciados que “vigiam” e “punem”**

Mendonça (2011), em artigo que analisa os acontecimentos de final de novembro de 2010 no Rio de Janeiro, nos lembra que os mesmos receberam, pela imprensa, diversos nomes. A grande maioria recorria às mesmas metáforas bélicas de outros momentos de extrema violência urbana na cidade. Assim, termos como “A Guerra do Rio” e “A Guerra Contra o Tráfico” foram recorrentes na imprensa daquele período. Há uma extensa bibliografia de pesquisas em comunicação que comprovam de que forma o uso destas metáforas bélicas pela imprensa cumpre a função de tentar produzir, na audiência, uma sensação de insegurança que permita a legitimação de ações repressivas “enfáticas” por parte dos poderes instituídos, como o uso de força extrema e a convocação das forças armadas para exercerem função de polícia.

A TV Globo, no entanto, acabou optando por ampliar o escopo de tais metáforas ao nomear como “O Rio contra o crime”, tanto seus longos flashes ao vivo, como as ações da polícia e da força tarefa nas favelas da Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão. Mendonça (2011) afirma que a “substituição é mais do que semântica e permite resumir e reafirmar o mote adotado pela emissora. Tratava-se, para ela, de uma luta contra o mal, da qual deveria participar toda a população ‘de bem’ da cidade”.

Nos dois dias seguintes, sexta (26/11) e sábado (27/11), o governo do Estado amplia o cerco nas comunidades do Alemão, articula, com o governo federal, o apoio militar para viabilizar o que passou a ser chamado de “invasão” do Complexo do Alemão. A força

tarefa vem a público, via TV e jornais, exigir a rendição de todos os traficantes (seriam 200, segundo cálculos da própria polícia) até a meia-noite do sábado. Prossegue a análise do autor:

“Após vencido o *ultimatum*, sem nenhum traficante se entregar, a força tarefa inicia a “ocupação” do Complexo do Alemão no domingo (28/11), a partir das oito horas da manhã, com cobertura ao vivo ao longo de todo o dia por várias emissoras de TV aberta e fechada, especialmente a TV Globo (...). Em apenas uma hora e meia de ação, com intenso tiroteio, uma imagem “espetacular” como a cobertura jornalística serviria de emblema para o “sucesso” da operação: um helicóptero leva ao ponto mais alto da comunidade (um teleférico ainda em construção) as bandeiras do Brasil e do Estado do Rio. Ao longo do dia, o que se viu foram imagens comemorando a ocupação, descrevendo os desdobramentos das ações, indignando-se com a “riqueza” das “mansões do tráfico” e acompanhando as (pocas) capturas de criminosos”. (MENDONÇA, 2011, p. 12)

As transmissões televisivas ao vivo potencializavam, então, o que para muitos se consolidou como uma apoteose triunfalista sobre “o mal”, cujas providências para sufocar as ações criminosas estavam em pleno andamento. Apesar de analisar a invasão ao Complexo do Alemão sob o ponto de vista da TV, Mendonça (2011) afirma que uma das frentes de atuação que acabaram por explicitar as maquinações discursivas e enunciativas da tomada do conjunto de favelas foi a produção de “consensos sociais que garantissem, às autoridades, a possibilidade do uso da força. O principal aspecto, reiterado à exaustão, nesta frente, foi (...) o clamor público por medidas enérgicas”. (MENDONÇA, 2011, p. 13)

Nesse caso, não é difícil imaginar como os padrões mais basilares da ética se deixaram contaminar tão facilmente, ignorando os efeitos e os sentidos que tais interpelações vindas das autoridades (bandidos com hora marcada para se render, como nos filmes de faroeste ou policiais enaltecendo sua caça e acuação) poderiam provocar no imaginário coletivo. Como o clima reinante é de revanchismo contra o “mal”, não basta que a população se escandalize com as “mansões” dos chefões do tráfico e, principalmente, com os detalhes de seus ornamentos que lhe conferem “status e prosperidade”. Para o seu completo regozijo da audiência, é necessário também tripudiar aqueles que causam repulsa aos cidadãos, como no caso do traficante Zeu, “assassino do jornalista Tim Lopes<sup>8</sup>” que se urinou no instante em que foi ser preso pela Polícia Militar. Informar a população sobre sua condição de

---

<sup>8</sup> Produtor da Rede Globo de Televisão, torturado e assassinado pela quadrilha da qual Zeu fazia parte e chefiada pelo traficante Elias Maluco. O jornalista realizava uma reportagem baseada em denúncias sobre consumo de drogas e exploração sexual de menores em um baile funk na Vila Cruzeiro (Complexo do Alemão) em 2 de junho de 2002.

fragilidade e humilhação pelas forças militares é mais um componente que se soma a essa conjuntura visceral pela vitória. Tal disciplina, cujo ritual de obediência permite o controle minucioso das operações do corpo, sujeitando-lhe à forças que determinarão uma relação de domínio é amplamente discutido por Foucault (1997) em “Vigiar e Punir”.

“O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tão pouco aprofundar a sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna um tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, gestos e comportamentos. O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula e o recompõe.” (FOUCAULT, 1997, p. 133)

São oportunidades como essa, infelizmente, que fomentam também o devir da informação como elemento certificador da segurança. Vários estudos sustentam que a credibilidade da informação (independente dos usos que se faz em prol da consolidação desta) é o marco norteador para o estabelecimento de confiança nas rotinas jornalísticas, nos profissionais da área e nas empresas de comunicação. Ela seria a “coluna vertebral”, “patrimônio” ou “capital social” do jornalismo. A necessidade de os relatos jornalísticos desfrutarem de uma condição de veracidade e de confiabilidade para que fossem bem aceitos, tanto de forma global como comunitária, foi explorada pela tese de doutorado de Tobias Peucer escrita há mais de 300 anos e sistematizada por Cristofolletti & Laux (2008)

“A credibilidade jornalística aqui é duplamente construída pela laboriosidade (isto é pelo trabalho de exploração da verdade) e pela atitude do distanciamento crítico (suspeita de parcialidade) em relação ao objeto que explora, sem estar preso, alheio, submetido aos afãs dos fanatismos partidários, religiosos e etc. Ainda no parágrafo 13, Peucer também trata da credibilidade resultante de escolhas editoriais. O que é insólito ou não se narra ou o faz muito raramente. A falta de credibilidade das produções sensacionalísticas muito decorre da exploração do caráter insólito dos acontecimentos. Isto é, da valorização de acontecimentos banais que incitam/excitam a curiosidade humana pelo novo”. (PEUCER, 2000 apud CRISTOFOLETTI & LAUX, 2008)

Ao credibilizar seu papel de forma tão determinante, o Casos de Policia reproduz as reflexões de Giddens (1991) sobre as Consequências da Modernidade, onde define os meios

de comunicação, e seus peritos (jornalistas) como uma espécie de portas de acesso no sentido de possibilitar que a sociedade construa vínculos estabelecendo relações com os sistemas abstratos. Explicando o conceito, o autor diz que as mídias, através de suas ações e dos seus “peritos”, cuidam de traduzir para os indivíduos conceitos e problemáticas que parecendo distante, necessitam do “trabalho mediador” como lugar que venha instituir elos de confiança e de segurança para os indivíduos.

Baumann (1997), ao tentar compreender em que mecanismos funcionaria uma teoria da verdade nos modelos determinados da pós-modernidade, reconhece que ela nada mais seria do que “o estabelecimento de uma superioridade sistemática e, portanto, constante e segura em determinadas espécies de crenças sob o pretexto de que se chegou a elas graças a um determinado procedimento confiável ou que é assegurado pela espécie de pessoas em que se pode confiar”.

Entretanto, a análise de Paillet (1974) é que mais se aproxima de uma especificidade de protagonismo que estamos tentando definir nesse trabalho. Como a informação, para o autor, é o próprio signo do acontecimento, sua estrutura e sua circulação, enquanto fornecimento de dados seria uma premissa para a ordenação. Essa ordenação é mais facilmente legitimada “se o jornalismo se operacionaliza enquanto grupo econômico”. A partir daí, ele estaria trilhando um caminho sem volta, pois “toda esfera institucional encontra-se modificada. No que diz respeito à informação, ela está determinada a um papel estrito. Precisamente a defesa e a ilustração de uma sociedade que repousa sobre os valores que dela dependem: expansão, felicidade, conclusão da história e recusa do conflito. E para isso é necessário verificar como ela se posiciona “em suas dimensões de empreendimento, estrutura capitalista e cooperativa, além de suas relações com o poder estabelecido e o exercício de influência em determinadas funções sociais”. (PAILLET, 1974, p. 24)

E lembrando Sodré e Ferrari (1986), já que o enunciado (informa o)   uma articula o de discurso, basta imaginar como ele se resulta de toda essa conjuntura. Foucault (1995,) argumenta que os enunciados seriam *remanentes*, ou seja, “se conservam graças a um certo número de suportes e técnicas materiais, segundo a padroniza o de certos tipos de institui o e obedecendo certas modalidades estatutárias”. Assim sendo, “isso quer dizer também que eles estão investidos em técnicas que os põem em aplica o, em práticas que

daí derivam as relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles”. (FOULCAULT, 1995, p. 140).

### **Conclusões finais**

É sob os auspícios dessa parceria imprensa-polícia que historicamente, e muitos antes de pensar em Internet ou mídias sociais, que diversos elementos discursivos institucionalizados, especialmente vindos de representações simbólicas do Estado, podem se disfarçar de informação.

As expressões “páginas policiais” ou “editoria de polícia” são autoexplicativas no sentido de que as estratégias e práticas de vigilância sempre se notabilizaram enquanto insumos informacionais nos meios jornalísticos. O próprio projeto editorial que materializou a formatação do blog Casos de Polícia no Twitter é explícito em sua titulação, pois é a junção de uma instituição, a jornalística, que corrobora uma segunda, a policial, e não um conceito mais relativizável de política pública como “segurança”.

Quando as instituições funcionam, segundo contexto criado por Berger e Luckman (1993), normalmente o indivíduo cumpre os papéis a ele atribuídos pela sociedade na forma de esquemas institucionalizados de ação que acabam por conduzir a sua vida. Nesse caso, podemos afirmar que a audiência não teve outra escolha, a não ser referendar esses esquemas que legitimaram, inclusive, o uso da força.

Com isso, tentamos elaborar linhas empíricas de construção em que o jornalismo, aliado a tantas outras instituições, cumpre o seu papel de aliviar o indivíduo da necessidade de reinventar o mundo a cada dia e ter de se orientar dentro dele. As instituições criam “programas” para a execução da interação social e para a “realização” de currículos de vida, fornecendo padrões comprovados, segundo os quais a pessoa pode orientar seu comportamento.

Há muitas outras questões que precisam ser abordadas sobre a invasão do Complexo do Alemão pelo olhar de uma mídia social hegemônica. É preciso que se entenda como tais determinações enunciativas, sem qualquer esforço em problematizar um contexto histórico

tão complexo, conseguiram ser um objeto de referencialidade num momento em que uma crise generalizada parecia afetar o Estado do Rio de Janeiro. Complexidade que se esvaiu tão rapidamente como a forma em que ela se fez perceber.

### **Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1993

CAMPOS, Ana Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, fev/abr 1990.

CHRISTOFOLLETI, Rogério. LAUX, Ana Paula França. **Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera**. Artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.1, p. 29-49, jan./jun. 2008

CORREIA, José Carlos. **Jornalismo e Espaço Público – Estudos em Comunicação**. Universidade da Beira Interior. 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34,1995.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Unesp, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MENDONÇA, Kleber. **O RJTV e a (re)urbanização do Rio: uma cartografia da violência no discurso telejornalístico de pacificação**. Artigo. Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação –XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011

PAILLET, Marc. **Jornalismo, O Quarto Poder**. Brasiliense, 1974

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. Summus. São Paulo-SP, 1986.